



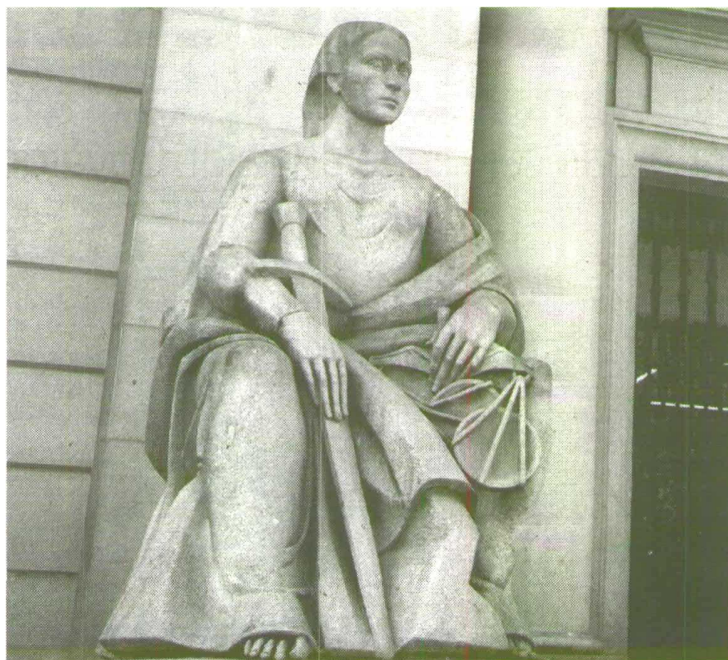
Críticas e aplausos às férias judiciais

Governo recuou e alargou o descanso dos tribunais

O bastonário dos advogados considera que o recente diploma sobre férias judiciais foi uma "forma de corrigir aquilo que os magistrados sabotaram", enquanto o juiz Rui Rangel saúda o "recuo" do Governo, porque as férias eram uma questão "fracturante".

"Isto é uma forma de corrigir aquilo que os magistrados sabotaram", porque "obrigaram a paralisar os tribunais durante dois meses", disse Marinho Pinto, aludindo à contestação de juizes e magistrados do Ministério Público (MP) à medida do anterior Governo, que "era justa na sua origem", de reduzir as férias de Verão de dois meses (de 15 de Julho a 15 de Setembro) para Agosto.

O Governo aprovou, no início de Fevereiro, uma alteração legislativa que determina que, entre 15 e 31 de Julho, os prazos processuais ficam suspensos, não se rea-



Tribunais voltam a estar parados entre 15 de Julho e final de Agosto

lizando diligências nos tribunais, com excepção das que dizem respeito aos processos urgentes em que há arguidos presos.

Confrontado com o diploma recentemente aprovado em Conselho de Ministros, o presidente da Associação dos Juizes pela Cidadania (AJC), juiz desembargador Rui Rangel, disse tratar-se de um "recuo" do Governo, mas que os magistrados judiciais saúdam, porque há muito apontavam a redução das férias judiciais como uma questão "fracturante". Rui Rangel recordou a "colisão completa" que o primeiro Governo de José Sócrates provocou com a redução das férias judiciais, dificultando a gestão dos processos por advogados e magistrados.

Repor prejuízos, diz o PSD

O deputado do PSD, Fernando Negrão, também entende que o Governo "emendou a mão, e bem", com esta decisão, que corresponde "a uma necessidade sentida". Mas diz que, "agora, é preciso repor todo o prejuízo causado" em termos de atrasos nos processos durante quatro anos.

Já Nuno Magalhães, do CDS-PP, considera que esta alteração "não atrasa nem adianta" nada em relação aos problemas centrais da Justiça e é "mais um exemplo" de que o Governo "se limita a recuar ou a queixar-se da Oposição". ■